



PROCURADORIA-GERAL DA REPÙBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 169

JANEIRO DE 2010

No mês de Janeiro de 2010 o Conselho Superior do Ministério Pùblico reuniu em Plenário e em Secção Disciplinar no dia 22, na sede da Procuradoria-Geral da Repùblica.

SESSÃO PLENÁRIA DE 22 DE JANEIRO DE 2010

PRESENÇAS

O Conselheiro Procurador-Geral da Repùblica, Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro presidiu à abertura da sessão, tendo dirigido os trabalhos até cerca das 12.30 horas, altura em que, tendo que se ausentar, por motivos de serviço inadiáveis, se fez substituir, para efeitos de presidência da reunião, pelo Conselheiro Vice-Procurador-Geral da Repùblica, Dr. Mário Gomes Dias.

Estiveram presentes os Membros do Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. Euclides José Dâmaso Simões; Procuradores da Repùblica, Drs. António Luís de Almeida Rainha Paes de Faria e Paulo Eduardo Afonso Gonçalves; Procuradores-Adjuntos no Departamento

de Investigação e Acção Penal de Lisboa e nas Comarcas de Faro, Viseu e Oliveira de Azeméis, respectivamente, Drs. João Paulo Anastácio Centeno, Lídia Isabel de Aiala Serôdio Pereira, Ana Margarida Campos Sousa Dinis e Edite Paula de Almeida Pinho; os Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. António José Barradas Leitão, Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos e Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro e os Membros designados pelo Ministro da Justiça, Professora Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira e Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva.

Esteve ausente o Membro eleito pela Assembleia da República, Dr. Júlio Castro Caldas.

A sessão foi interrompida, para almoço, cerca das 14.00 horas, tendo-se reiniciado às 15.30 horas, de novo presidida pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José de Matos Pinto Monteiro.

O Membro eleito pela Assembleia da República, Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro, não esteve presente no período da tarde.

Secretariou a sessão o Senhor Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PONTO PRÉVIO

Na abertura da sessão e antes de se entrar no ponto prévio, Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República saudou os novos Membros congratulando-se pela sua eleição e designação para o Conselho Superior do Ministério Público e manifestando ainda toda a sua disponibilidade para o desempenho dos seus cargos.

PONTO PRÉVIO

1) Verificação de poderes dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público eleitos pela Assembleia da República: Dr. Júlio de Lemos Castro Caldas, Dr. António José Barradas Leitão, Dr. Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos e Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro (cfr. Resolução da Assembleia da República publicada no Diário da República nº 119 - 1.^a Série, de 29 de Dezembro de 2009) – *Artigo 15.º, alínea f), do Estatuto do Ministério Público.*

O Conselho procedeu à verificação de poderes dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público Dr. António José Barradas Leitão, Dr. Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos e Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro, todos como Membros eleitos pela Assembleia da República.

2) Verificação de poderes dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) designados por Sua Excelência o Ministro da Justiça (cfr despacho de 24 de Novembro de 2009), Professora Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira e Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva – *Artigo 15.º, alínea g), do Estatuto do Ministério Público.*

O Conselho procedeu à verificação de poderes dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público, Professores Doutores Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira e Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, ambos designados pelo Ministro da Justiça.

3) Recomposição das Secções de Classificação e Mérito e da Secção Disciplinar do CSMP - *Artigos 29º do Estatuto do Ministério Público e 11.º do Regulamento Interno da Procuradoria-Geral da República.*

Na sequência da eleição e designação dos novos Membros, procedeu-se à recomposição das Secções de Classificação e Mérito e da Secção Disciplinar, passando as mesmas, de acordo com o deliberado, a ter a seguinte constituição:

1.ª Secção: Dr. Guilherme da Palma Carlos, Dr. José António Pinto Ribeiro, Professora Doutora Maria Fernanda Palma; Dr. Alberto Mário Braga Temido, Dr. Luís Armando Bilro Verão, Dr. Euclides José Dâmaso Simões, Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, Dr. João Paulo Anastácio Centeno e Dra. Edite Paula de Almeida Pinho;

2.ª Secção: Dr. Júlio Castro Caldas, Dr. António José Barradas Leitão, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos, Professor Doutor Rui Nogueira de Alarcão e Silva, Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Dr. Alberto José Pinto Nogueira, Dr. Luís António de Almeida Rainha Paes de Faria, Dra. Lídia Isabel de Aiala Serôdio Pereira e Dra. Ana Margarida de Campos Sousa Dinis;

Secção Disciplinar: Dr. Júlio Castro Caldas, Dr. António José Barradas Leitão, Dr. Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos, Professor Doutor Rui Nogueira de Alarcão e Silva, Dra. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Dr. Alberto José Pinto Nogueira, Dr. Euclides José Dâmaso Simões, Dr. Paulo Eduardo Afonso Gonçalves, Dr. João Paulo Anastácio Centeno e Dra. Lídia Pereira.

TABELA DA SESSÃO

ACTAS

O Conselho deliberou aprovar a acta da sessão plenária anterior.

COMISSÕES DE SERVIÇO

Antes de se dar início à apreciação deste ponto o Dr. Paulo Gonçalves submeteu à ponderação do Conselho a indispensabilidade legal de se proceder a uma votação, apesar de se tratar de renovações, por voto secreto.

Na sequência de debate sobre o assunto, e em que usaram da palavra os Senhores Dr. Barradas Leitão, Professores Doutores Maria Fernanda Palma, Rui Alarcão e Silva, Dr. Guilherme Palma Carlos, Professor Doutor José Luís Ramos e Drs. Euclides Dâmaso, Pinto Ribeiro, Paes de Faria, Francisca Van Dunem, Pinto Nogueira, João Paulo Centeno, Lídia Pereira e Bilo Verão, o Conselho deliberou votar, através de votação secreta, as propostas de renovação das comissões de serviço em causa.

Renovação de comissões de serviço:

1) Licenciado **Alberto Mário Coelho Braga Temido**, Procurador-Geral Adjunto a exercer funções de Procurador-Geral Distrital de Coimbra.

O Conselho deliberou aprovar, por unanimidade, a renovação da comissão de serviço do Procurador-Geral Adjunto Lic. Alberto Mário Coelho Braga Temido como Procurador-Geral Distrital de Coimbra, após votação, por voto secreto, com 17 votos a favor.

Antes de se proceder à referida votação pronunciaram-se no sentido de tal renovação os Senhores Drs. Pinto Nogueira, Euclides Dâmaso e Francisca Van Dunem bem como os Senhores Professores Doutores Alarcão e Silva e Fernanda Palma.

Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República sustentou a renovação salientando as qualidades profissionais e pessoais do Magistrado em causa e a exemplar prestação no cargo que tem vindo a ocupar.

O Senhor Dr. Braga Temido não participou da discussão e votação deste ponto.

2) Licenciada **Francisca Eugénia Dias da Silva Van Dunem**, Procuradora-Geral Adjunta a exercer funções de Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.- O Conselho deliberou aprovar, por unanimidade, a renovação da comissão de serviço da Procuradora-Geral Adjunta Lic. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem como Procuradora-Geral Distrital de Lisboa, após votação, por voto secreto, com 17 votos a favor.

Antes de se proceder à referida votação pronunciaram-se no sentido de tal renovação os Senhores Drs. Barradas Leitão, Pinto Nogueira, bem como os Senhores Professores Doutores Alarcão e Silva e Fernanda Palma.

Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República sustentou a renovação salientando as qualidades profissionais e pessoais da Magistrada em causa louvando o prestígio que tem vindo a emprestar ao cargo que desempenha.

A Senhora Dra. Francisca Van Dunem não participou da discussão e votação deste ponto.

A propósito dos procedimentos adoptados durante tal debate, o Senhor Professor Doutor José Luís Ramos pronunciou-se no sentido de que, em seu entender, os Senhores Drs. Braga Temido e Francisca Van Dunem deveriam ter estado presentes no debate.

O Senhor Dr. Pinto Ribeiro secundou esse entendimento sublinhando ainda, quanto às propostas de renovação, que as mesmas deveriam ser sempre fundamentadas.

3 - Renovação da comissão de serviço que a Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Lic. **Maria Cândida Guimarães Pinto de Almeida**, vem exercendo como Directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal.

O Conselho deliberou aprovar a renovação da comissão de serviço da Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Maria Cândida Guimarães Pinto de Almeida como Directora do

Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), após votação, por voto secreto, com 14 votos a favor e dois contra.

Antes de se proceder à referida votação pronunciaram-se no sentido de tal renovação os Senhores Drs. Barradas Leitão, Francisca Van Dunem, Pinto Nogueira, Braga Temido, Paulo Gonçalves e Paes Faria.

Sua Excelência o Conselheiro Procurador-Geral da República sustentou a renovação, salientando as qualidades profissionais e pessoais da Magistrada e que o DCIAP carece de ser renovado sob sua direcção.

NOMEAÇÕES

1 - Proposta de designação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta, Lic. **Maria do Carmo Tavares Peralta Couto dos Santos** para integrar, como representante do CSMP a Entidade Fiscalizadora dos Centros Educativos (artigo 209.º, nº 1, da Lei Tutelar Educativa).

O Conselho, aprovando a proposta apresentada deliberou designar a Procuradora-Geral Adjunta, Lic. **Maria do Carmo Tavares Peralta dos Santos** como sua representante na Entidade Fiscalizadora dos Centros Educativos.

2 - Proposta para o Senhor Procurador-Geral Adjunto, Lic. **José Nunes Gonçalves Carvalho** continuar no exercício de funções como Inspector do Ministério Público, até conclusão dos processos pendentes.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra os Senhores Drs. Paulo Gonçalves, Pinto Nogueira, Braga Temido, Francisca Van Dunem, Euclides Dâmaso, Palma Carlos, Edite Pinho e Barradas Leitão e Professores Doutores José Luís Ramos e Fernanda Palma, decidiu autorizar a continuação do exercício de funções, como Inspector do Ministério Público, ao Procurador-Geral Adjunto Jubilado Lic. José

Nunes Gonçalves Carvalho, por razões de urgência e necessidade, tendo em vista o encerramento dos processos que lhe foram distribuídos e em que tendo já iniciado a sua instrução, se encontram apenas pendentes de conclusão.

Votaram contra os Exmos Senhores Drs. Pinto Nogueira, Braga Temido, Paulo Gonçalves e Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos.

A Senhora Dra. Edite Pinho, a propósito das inspecções pendentes, suscitou ainda a questão de saber em que situação se encontra um outro Senhor Inspector, por entender que a mesma carece de ser esclarecida.

3 - Designação do Lic. **Amadeu Francisco Ribeiro Guerra**, Procurador-Geral Adjunto, como representante do Conselho Superior do Ministério Público no Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC) – ratificação.
O Conselho deliberou ratificar.

4 - Proposta de colocação, até ao próximo movimento, do Senhor Procurador da República, Lic. **Manuel de Amorim Corga**, no Círculo Judicial de Vila Nova de Gaia.
O Conselho deliberou aprovar.

FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

Cursos de formação do Centro de Estudos Judiciários para o ano 2009/2010 – Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 16 de Novembro de 2009 – Exposição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e requerimento de Magistrada.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou aprovar a seguinte deliberação:

- «**a)** Ratificar a actuação dos serviços de apoio ao CSMP na elaboração das listas graduadas com vista à frequência de acções de formação contínua promovidas pelo CEJ para o ano de 2009/2010;
- b)** Publicitar as listas de candidatos admitidos e excluídos a todas as acções de formação, nos termos acima indicados;
- c)** Publicitar a possibilidade, aos magistrados que desejem inscrever-se noutras acções de formação de Tipo A - para além das contempladas nesta primeira fase (que são duas) e até ao número total de 5, de apresentar requerimento nos termos acima definidos;
- d)** Publicitar o número de vagas por preencher respeitantes a cursos do tipo B ou C, podendo os magistrados interessados na sua frequência apresentar requerimento nos termos também acima definidos;
- e)** Enviar ao SMMP as listagens referidas na alínea b).»

Para além disso foi decidido, ainda, informar a Direcção do SMMP bem como notificar a Senhora Dr.^a Aurora Rodrigues desta deliberação.

O Senhor Dr. Braga Temido apresentou declaração de voto.

PARTICIPAÇÕES

1 - Comunicação efectuada pelo Procurador-Geral Distrital do Porto relativamente à não apresentação, por magistrado do Ministério Público titular de processo de acidente de trabalho, de recurso da sentença relacionada com subsídio de elevada incapacidade.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** dos autos.

2 - Prescrição de procedimento criminal em processo da Comarca da Grande Lisboa - Noroeste.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** dos autos com conhecimento à Senhora Procuradora-Geral Adjunta Coordenadora da Comarca da Grande Lisboa Noroeste. Mais deliberou dar conhecimento ao **Ministério da Justiça** da insuficiência de resposta dos serviços de apoio do Ministério Público na Comarca da Grande Lisboa Noroeste, Município de Sintra, por carência de efectivos.

3 - Certidão extraída de processo a correr termos na Comarca de Mirandela – Prescrição de Recurso de Contra-Ordenação.

Relator: Dr. **João Paulo Centeno**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** do processo.

RECLAMAÇÕES

Reclamação apresentada por Procuradora-Adjunta do acórdão da Secção Disciplinar do CSMP de 16 de Novembro de 2009.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho deliberou **indeferir** a reclamação.

Os Exmos Senhores Drs. Euclides Dâmaso e Lídia Pereira votaram vencidos, bem como o Dr. Pinto Nogueira que apresentou declaração de voto.

INSPECÇÕES

1 - Proposta apresentada pelo Procurador-Geral Distrital de Évora para realização de uma inspecção extraordinária ao serviço prestado por Procuradora-Adjunta, na Comarca de Vila Real de Santo António.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou acolher a proposta de realização de inspecção extraordinária ao serviço prestado pela Magistrada na Comarca de Vila Real de Santo António.

2 - Pedido de inspecção extraordinária formulado pela Procuradora da República, Lic. Luísa Isabel Verdasca Sobral, ao serviço prestado como Coordenadora Distrital de Lisboa do Centro de Estudos Judiciários.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho, acolhendo parcialmente o pedido, deliberou que a Magistrada deverá ser incluída no Plano Anual de Inspecções para 2011.

3 - Pedido de inspecção extraordinária formulado pela Procuradora-Adjunta, Lic. Lígia Maria Reis de Moraes e Costa Matos Salbany, ao serviço prestado na 4.ª Secção de Inquéritos da Comarca de Sintra e no DCIAP, onde exerce funções actualmente.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou no sentido de a Magistrada ser incluída no Plano Anual de Inspecções para 2011.

4 - Proposta do Senhor Procurador-Geral Distrital de Coimbra relacionada com a inclusão, no Plano de Inspecções para o ano de 2010, de 7 magistrados do Ministério Público daquele Distrito Judicial.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho apreciou a proposta tendo deliberado no sentido de considerar a situação de todos os magistrados em causa devidamente regularizada. Para além disso deliberou ainda redistribuir a inspecção referente ao Lic. **Jorge Paulo Quinta Leitão** e, no que respeita à inspecção ao serviço prestado pela Lic. **Olga Maria Lopes do Amaral Fartura**, constante do Plano de 2008, solicitar ao Senhor Inspector titular da

inspecção a sua realização logo que possível e com natural prioridade sobre inspecções distribuídas posteriormente.

EXPOSIÇÕES

1 - Exposição apresentada pelo Dr. *Rui Correia de Sousa Girão*, Advogado, relacionada com a actuação funcional de magistrado do Ministério Público na Comarca da Moita.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** dos autos.

2 - Exposição apresentada pelo Dr. *Carlos Santos Caria*, Advogado, relacionada com a actuação do magistrado do Ministério Público na Comarca da Guarda.

Relator: Dr. **Braga Temido**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** do processo, dando conhecimento do acórdão e informação aos Senhores Procuradores-Gerais Distritais.

3 - Exposição apresentada pelo *Instituto Margarida Chaves* de Ponta Delgada, relacionada com a actuação funcional de magistrados do Ministério Público.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** da exposição.

4 - Exposição subscrita por *Rui Manuel Costa Nunes*, relacionada com a actuação de magistrados do Ministério Público no âmbito da tramitação de processos em que é autor e a correrem termos nas Varas Criminais de Lisboa.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou determinar o **arquivamento** dos autos.

ACUMULAÇÕES

1) Pedido de remuneração por acumulação de funções formulado pela Procuradora-Adjunta no 2.º Juízo Criminal de Coimbra, Lic. **Maria José Trindade Soares Nunes de Carvalho**;

O Conselho emitiu parecer favorável à fixação do montante de um terço da remuneração correspondente à escala indiciária da Magistrada.

2) Pedido de remuneração por acumulação de funções formulado pelo Procurador-Adjunto no 4º Juízo Criminal de Coimbra, Lic. **Manuel Simões de Almeida**.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho emitiu parecer favorável à fixação do montante de um terço da remuneração correspondente à escala indiciária do Magistrado.

3) Pedido de remuneração por acumulação de funções formulado pelo Procurador-Adjunto na Comarca de Barcelos, Lic. **Sílvio Araújo Jesus Ramires da Silva**.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho emitiu parecer favorável à fixação do montante de um quinto da remuneração correspondente à escala indiciária do Magistrado.

AUTORIZAÇÕES

Pedido de autorização para frequência de Mestrado Científico na área do Direito Fiscal apresentado pelo Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, Lic. **Carlos João Frade Lobato Ferreira**.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho deliberou **deferir** o pedido nos termos em que vem formulado e sempre sem prejuízo para o serviço e com absoluta prioridade deste.

RECURSO DE DECISÕES DO COJ

Recurso apresentado, no processo disciplinar nº 186-DIS/06 do Conselho dos Oficiais de Justiça (COJ), por técnica de justiça adjunta nos Serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Portimão.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou **negar** provimento ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida.

Recurso apresentado, no processo de inspecção nº 103-ORD/09 do COJ, por técnica de justiça principal nos Serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial de Guimarães.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou **negar** provimento ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida.

3 - Recurso apresentado, no processo disciplinar nº 277-DIS/07 do COJ, por técnica de justiça auxiliar dos Serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial de Marco de Canaveses.

Relator: Dr. **Paulo Gonçalves**.

O Conselho deliberou **negar** provimento ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida.